

Prefeitura Municipal de Ananindeua Secretaria Municipal de Cidadania Assistência Social e Trabalho Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ananindeua

PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO

Nome do(a) Candidato(a): Nº de Inscrição:		
_	Assinatura	

PROVA TIPO 1 (CAPA AMARELA)

MARQUE O TIPO DE PROVA ACIMA NO SEU CARTÃO RESPOSTA.

MARCAÇÃO INCORRETA OU NÃO MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA NO

CARTÃO RESPOSTA, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO

CANDIDATO, IMPLICANDO NA SUA ELIMINAÇÃO.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- 1. Confira se, além desta PROVA, você recebeu o seu CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva do seu texto.
- 2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu CARTÃO RESPÓSTA e no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, que você recebeu. Em caso de erros comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda o registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
- **3.** Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo**, **no percurso**, **permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
- **4.** É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho desta prova, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
- **5.** Você deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início, e somente poderá retirar-se levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova.
- **6.** O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como o **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** é o único documento considerado para a correção de sua redação.
- 7. A marcação do CARTÃO RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação para o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
- 8. Você deverá transcrever o seu texto definitivo para o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, não sendo válido para correção o rascunho da prova. Esse Formulário não pode conter sua identificação e o texto deverá iniciar na linha identificada com o número 1, caso contrário, o candidato não será pontuado na Redação.
- 9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA e (ou) do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
- **10.** Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluam a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
- **11.** O saco plástico recebido para guarda do material deverá, obrigatoriamente, ser colocado embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida, assim como de outras constantes na Resolução COMDICA Nº 009, de 31 de março de 2023, e nesta capa de prova, **implicará na sua eliminação**, constituindo tentativa de fraude.

REDAÇÃO

O texto motivador da prova de língua portuguesa, disponível na página seguinte, trata do relacionamento que as escolas devem manter com os conselhos tutelares. Nos dias atuais, um dos problemas que mais preocupam a sociedade é a violência nos ambientes escolares. Em um texto em prosa, diga

o que, em sua opinião, pode estar motivando a violência nas escolas e como os conselhos tutelares podem ajudar os gestores no enfrentamento do problema e na busca da pacificação.

* Sua redação deverá ter, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30; * Textos em versos, rasurados, escritos a lápis ou com letra ilegível <u>NÃO</u> serão aceitos; * O espaço abaixo é para **rascunho**, porém, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** fornecido especificamente para esse fim; * Em nenhuma hipótese, poderá ter identificação do candidato no Formulário de Redação; *Este rascunho não será considerado para correção de sua Redação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 06.

Como gestores escolares e conselho tutelar podem atuar em parceria

Por Dimítria Coutinho

Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa é a função dos conselhos tutelares. O órgão é autônomo e responsável por garantir os direitos previstos pelo ECA. Para tal, é preciso que ele atue e dialogue de forma direta com diversos outros setores.

A Educação é um desses direitos. Assim, os conselhos tutelares e escolas devem ser aliados na busca por cumprir os direitos estabelecidos pelo ECA. Na prática, porém, essa relação pode ser um pouco nebulosa. Isso acontece, sobretudo, devido a uma falta de clareza a respeito do que é competência, ou não, do conselho tutelar. Não raro, gestores escolares ficam em dúvida se determinado acontecimento deve realmente ser encaminhado a esse órgão ou se cabe à escola, sozinha, lidar com o caso.

Algumas situações são bastante claras. Ainda segundo o que prevê o ECA, gestores escolares têm a obrigação de comunicar ao conselho tutelar casos de maus tratos envolvendo os alunos, evasão escolar e elevados níveis de repetência. Diante disso, há situações que certamente são de responsabilidade do conselho tutelar, como evidências de abandono, abuso ou violência.

Mas há diversas outras questões dentro de uma escola que podem gerar dúvidas quanto ao encaminhamento ao conselho tutelar, já que são ocorrências que se aproximam do limite do que seria aceitável para a manutenção dos direitos de crianças e jovens. Dentre elas, estão questões disciplinares e comportamentais.

Nesses casos, "depende muito do jogo de cintura do gestor", afirma Cristiane Machado, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Segundo ela, os gestores precisam estar atentos ao foco da situação para conseguir ponderar entre o que é apenas disciplinar e o que chega a violar direitos. "É nesse limite que está o papel do gestor e da gestora", completa.

Disponível em https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2244/como-gestores-escolares-e-conselho-tutelar-podem-atuar-em-parceria

Acessado em 26/05/2023

- 01 De acordo com o texto, os conselhos tutelares devem
- (A) interagir com a administração das escolas.
- (B) fazer parte da administração das escolas.
- (C) fiscalizar a administração das escolas.
- (D) ser responsáveis por administrar as escolas.
- 02 Com base na leitura do texto, é correto afirmar que, entre gestores escolares, pode haver dúvidas quanto
- (A) a como proceder em situações problemáticas envolvendo indisciplina.
- (B) ao que é atribuição da escola e o que é atribuição dos conselhos tutelares.
- (C) a como proceder quando se identifica violação de direitos dos estudantes.
- (D) ao que caracteriza desobediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente.
- **03** Sobre o enunciado *Na prática, porém, essa relação pode ser um pouco nebulosa* (linhas 06 e 07) é correto afirmar que a relação entre conselhos tutelares e escolas é
- (A) nublada.

01

02 03

04

05

06

07

80

09

10

11

12

13

14

15

16

17 18

19

20

21

22

23

24

- (B) misteriosa.
- (C) imprecisa.
- (D) confusa.

- **04** A palavra ou expressão sublinhada está separada por vírgula do restante do enunciado para expressar ênfase em
- (A) <u>Isso acontece</u>, sobretudo, devido a uma falta de clareza a respeito do que é competência, ou não, do conselho tutelar (linhas 07 e 08).
- (B) Dentre elas, estão questões disciplinares e comportamentais (linha 19).
- **(C)** <u>Segundo ela</u>, os gestores precisam estar atentos ao foco da situação para conseguir ponderar entre o que é apenas disciplinar e o que chega a violar direitos (linhas 22 e 23).
- (D) "É nesse limite que está o papel do gestor e da gestora", completa (linhas 23 e 24).
- **05** Em Mas há diversas outras questões dentro de uma escola que podem gerar dúvidas quanto ao encaminhamento ao conselho tutelar, já que são ocorrências que <u>se</u> aproximam do limite do que seria aceitável para a manutenção dos direitos de crianças e jovens (linhas 16 a 18), o pronome se é proclítico porque o verbo aproximam
- (A) é seguido por preposição.
- (B) não está no imperativo afirmativo.
- (C) é transitivo indireto.
- (D) é precedido de pronome relativo.
- **06** Em *Para tal,* é preciso que ele atue e dialogue de forma direta <u>com diversos outros setores</u> (linhas 03 e 04), a expressão sublinhada é
- (A) aposto.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) objeto indireto.
- (D) agente da passiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- **07** À luz do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), considera-se adolescente pessoa com idade entre doze e dezoito anos de idade, porém, em casos excepcionais, estende-se às pessoas entre dezoito e
- (A) vinte e um anos.
- **(B)** vinte e dois anos.
- (C) vinte e três anos.
- (D) vinte e quatro anos.
- **08** De acordo com o Capítulo II, Seção I, Art. 145 do ECA, deverá estabelecer a proporcionalidade por número de habitantes, dotá-la de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões referentes à criação de varas especializadas e exclusivas da infância e juventude, o poder **(A)** judiciário.
- (B) executivo.
- (C) legislativo.
- (D) municipal.
- **09** Ao garantir o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos, o ECA garante assistência jurídica gratuita
- (A) a todas as crianças e adolescentes por meio de advogado do estado ou da OAB.
- (B) somente às crianças com deficiência física através de defensor público e laudo médico.
- (C) aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado.
- (D) aos que escolherem livremente serem amparados por defensor público ou advogado da família.

- **10** Em 2020, ao completar 30 anos de sua criação, o ECA foi sistematicamente atualizado, passando a contar com suporte de
- (A) vinte leis.
- (B) vinte e cinco leis.
- (C) trinta leis.
- (D) trinta e cinco leis.
- **11** O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, é dever do
- (A) psicólogo.
- (B) professor.
- (C) diretor.
- (D) estado.
- 12 Se uma prefeitura decide interromper as atividades do Conselho Tutelar no município, as atribuições deste passarão a ser exercidas pelo(a)
- (A) comissão municipal da primeira infância.
- (B) conselho estadual da juventude.
- (C) autoridade policial.
- (D) autoridade judiciária.
- **13** Em 2014, o ECA foi alterado para estabelecer o direito da criança e do adolescente a serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel e degradante. Considerase castigo físico impetrado contra a criança e o adolescente
- (A) ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física.
- (B) atitude de violência psicológica, acrescida de gritos e palavras depreciativas.
- (C) forma pedagógica, disciplinar com o uso de instrumento corretivo.
- (D) atitude de negligência e abandono quando portador(a) de deficiência física.
- **14** Nos termos do ECA, é prioridade da qual a criança e o adolescente gozam na efetivação dos seus direitos
- (A) o recebimento, pelos pais, de remuneração adicional por filhos(as) recém nascidos.
- (B) a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (C) viajar gratuitamente por meio terrestre e aéreo até 12 anos de idade.
- (D) a destinação secundária de recursos para programas de proteção a menores de idade.
- 15 O sistema de garantia de direitos busca dar acesso a serviços de
- (A) saúde, apenas.
- (B) educação, apenas.
- (C) saúde, educação, cultura, esporte e lazer.
- (D) assistência jurídica, exclusivamente.
- 16 Sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência é correto afirmar que
- (A) será realizada anualmente e prioritariamente no mês de maio, com o chamado maio laranja.
- **(B)** tem o objetivo de informar métodos contraceptivos para o controle familiar em famílias constituídas por pai e mãe adolescentes.
- **(C)** o poder público, em conjunto com a sociedade civil, ficará responsável por ações dirigidas prioritariamente ao público adolescente.
- **(D)** tem a finalidade de empreender metodologias educativas e preventivas, visando à erradicação da gravidez na adolescência.

- **17** O pai de uma criança de 07 anos foi privado de liberdade por cometer crime. Sobre as visitas da criança ao pai, no cárcere, é correto afirmar o seguinte:
- (A) visitará o pai sob autorização judicial ou policial ou equipe interdisciplinar.
- (B) terá direito a visitas periódicas promovidas pelo responsável.
- (C) por ordem judicial visitará o pai quantas vezes manifestar interesse.
- (D) não terá direito à visita pelo motivo de local ser inapropriado a sua idade.
- 18 Em 2016, foi incorporada ao ECA a lei
- (A) menino Bernardo.
- (B) que criou sistema nacional de atendimento socioeducativo.
- (C) da primeira infância.
- (D) que institui a escuta especializada.
- **19** A manutenção de registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos é obrigação dos(as)
- (A) unidades de atendimento assistencial.
- (B) centros de referência de assistência social.
- (C) casas de acolhimento institucional.
- (D) hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos ou particulares.
- **20** Durante os atendimentos de pré-natal e de puerpério imediato, os profissionais de saúde devem orientar a gestante e acompanhantes sobre a importância do teste do
- (A) pezinho.
- (B) olhinho.
- (C) ouvidinho.
- (D) coração.
- 21 A criança e o adolescente têm o direito de ser criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em
- (A) casa de vizinhos.
- (B) família substituta.
- (C) família estrangeira.
- (D) instituição assistencial.
- **22** O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Ananindeua, de acordo com o Art 8º, organiza-se pelos seguintes tipos de proteção social
- (A) pequena e média complexidade.
- (B) eventual e permanente.
- (C) permanente e complexa.
- (D) básica e especial.
- 23 A cobertura previdenciária, o gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, a licença-maternidade e a licença-paternidade são direitos dos membros do Conselho Tutelar, além da/do
- (A) gratificação natalina.
- (B) remuneração em reuniões.
- (C) promoção por produtividade.
- (D) ganho por número de atendimento.

- **24** De acordo com o Art. 121 do ECA, a internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de
- (A) demora, habitualidade e respeito à idade da criança.
- (B) demora, habitualidade e respeito à família.
- (C) brevidade, excepcionalidade e respeito à condição da pessoa em desenvolvimento.
- (D) agilidade, curta duração e respeito à família da criança em desenvolvimento.
- 25 Sobre a medida de internação é correto afirmar o seguinte:
- (A) não será permitida a realização de atividades externas em nenhuma hipótese.
- (B) ao ser reavaliada, a medida não excederá mais de 12 meses.
- (C) atingido o tempo máximo de internação, o adolescente será liberado para o sistema prisional.
- (D) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- **26** O Decreto nº 1.070, de 24 de fevereiro de 2023, que institui o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Ananindeua, terá vigor no interstício de
- (A) 2022-2024.
- **(B)** 2022-2032.
- (C) 2023-2032.
- **(D)** 2023-2030.
- 27 A medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente será (A) prisão.
- (B) semiliberdade.
- (C) liberdade assistida.
- (D) internação.
- 28 No Art 50 da Lei Municipal de Assistência do Município de Ananindeua, a Conferência Municipal de Assistência Social será convocada, ordinariamente, a cada
- (A) dois anos pelo Conselho Tutelar Municipal.
- (B) dois anos pelo Órgão Gestor Municipal.
- (C) quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
- (D) quatro anos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
- 29 As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os
- (A) adolescentes cometerem infrações penais.
- (B) direitos reconhecidos pelo ECA forem ameaçados ou violados.
- (C) pais e tutores forem responsabilizados de cometerem violações contra o Estado.
- (D) deveres exercidos pelos pais e responsáveis forem cumpridos.
- **30** A integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa, são consideradas(os)
- (A) diretrizes de programas assistenciais que promovam o bem estar da criança e do adolescente.
- (B) metas a serem alcançadas pelas instituições que desenvolvam pesquisas qualitativas com crianças e adolescentes.
- **(C)** objetivos a serem alcançados por programas de auxilio emergencial à família com poucos recursos.
- (D) princípios adotados pelas entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional.

- **31** Sobre a adoção de crianças e adolescentes é correto afirmar, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, o seguinte:
- (A) pode ser realizada por meio de procuração pública, aprovada pelo cartório da cidade onde se dará o pedido de adoção.
- **(B)** indivíduos solteiros não podem concorrer à adoção, exceto em casos que comprove situação financeira estável.
- (C) o adotando deve ter vinte a um ano, no máximo, à data do pedido de adoção.
- **(D)** para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.
- 32 A expressão pátrio poder, no ECA, foi substituída por
- (A) poder familiar.
- **(B)** poder civil.
- (C) direito dos pais.
- (D) convivência familiar.
- 33 O processo de adoção deve ser armazenado, para consulta em qualquer tempo pelo adotado, em
- (A) microfilme ou por outros meios.
- (B) arquivo provisório em meios eletrônicos.
- (C) documentos originais em papel.
- (D) documentos manuscritos.
- **34** Maus tratos envolvendo alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar e elevados níveis de repetência deverão ser comunicados ao Conselho Tutelar pelos
- (A) porteiros e vigias de instituições educacionais.
- (B) vizinhos e comunidade do entorno da escola de ensino fundamental.
- (C) dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental.
- (D) alunos e comunidade de escola pública.
- 35 Aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é assegurado o direito de
- (A) liberdade irrestrita fora da unidade de internação.
- (B) receber assistência religiosa de acordo com as suas crenças.
- (C) serem admitidos em isolamento sem contato com outros adolescentes.
- (D) participar de atividades laborais remuneradas durante a medida.
- **36** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que a medida de proteção poderá ser aplicada quando
- (A) o adolescente cometer um ato infracional.
- (B) os pais decidirem realizar uma adoção.
- (C) o adolescente solicitar sua emancipação.
- (D) uma criança estiver matriculada na escola.
- 37 Sobre a guarda de crianças e adolescentes é correto afirmar que
- (A) é exclusivamente concedida aos pais biológicos.
- (B) pode ser concedida a terceiros, desde que haja consentimento dos pais.
- (C) nunca pode ser compartilhada entre mais de uma pessoa.
- (D) é obrigatoriamente transferida para a avó materna.

- 38 De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família acolhedora é uma modalidade de
- (A) medida de proteção de afastamento do convívio familiar.
- (B) medida socioeducativa aplicada a adolescentes infratores.
- (C) adoção de crianças e adolescentes por parentes próximos.
- (D) medida de promoção de inserção em programas educacionais.
- 39 Sobre a adoção é correto afirmar que
- (A) é um processo que ocorre exclusivamente entre familiares próximos.
- (B) é permitida apenas para pessoas com renda acima de determinado valor.
- (C) não pode ser revogada após sua conclusão.
- (D) é concedida mediante avaliação e decisão judicial.
- **40** O ECA assegura o direito à educação a todos(as), devendo o Estado garantir acesso à escola pública e
- (A) proibir o ensino em casa.
- **(B)** exigir mensalidades para o ensino fundamental.
- (C) fornecer material escolar gratuitamente.
- (D) determinar a exclusividade do ensino presencial.
- 41 O ECA prevê que o trabalho é permitido para adolescentes a partir de determinada idade, desde que
- (A) exerçam atividades remuneradas exclusivamente no setor agrícola.
- (B) tenham autorização judicial para trabalhar.
- (C) abandonem os estudos para se dedicarem ao trabalho.
- (D) trabalhem mais de 40 horas semanais.
- **42** No que diz respeito à proteção contra a violência, o ECA estabelece que a criança e o adolescente têm direito a
- (A) não serem submetidos a qualquer forma de punição.
- (B) serem submetidos a qualquer forma de punição.
- (C) não serem testemunhas em processos judiciais.
- (D) serem protegidos de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- 43 O ECA estabelece que a educação deve ser promovida em colaboração com
- (A) instituição religiosa.
- (B) empresas privadas.
- (C) órgãos de segurança pública.
- (D) a família e a comunidade.
- 44 Em relação à saúde, o ÉCA estabelece que
- (A) apenas os pais têm responsabilidade pela saúde do adolescente.
- (B) o acesso aos serviços de saúde é restrito aos maiores de 18 (dezoito) anos.
- (C) a prevenção e o tratamento de doenças são direitos garantidos.
- (D) o Estado não possui responsabilidade nesse aspecto.
- **45** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a medida de proteção aplicada quando o adolescente pratica ato infracional é denominada
- (A) medida socioeducativa.
- **(B)** medida de acolhimento institucional.
- (C) medida de adoção.
- (D) medida de afastamento do convívio familiar.

- **46** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público têm o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito
- (A) à remuneração pelo trabalho infantil realizado.
- (B) à liberdade irrestrita de expressão e comunicação.
- (C) ao lazer, à cultura e à convivência familiar e comunitária.
- (D) à prisão preventiva em caso de suspeita de ato infracional.
- **47** O ECA estabelece que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e deve contar com um conselho formado por
- (A) 3 membros.
- (B) 5 membros.
- (C) 7 membros.
- (D) 10 membros.
- **48** Segundo o ECA, a criança e o adolescente têm direito à proteção da vida e da saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam
- (A) a internação compulsória em caso de doenças graves.
- (B) a exclusão de tratamento médico em razão de crença religiosa.
- (C) o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.
- (D) o acesso exclusivo a medicamentos de alto custo.
- 49 De acordo com o ECA, a medida socioeducativa de internação
- (A) é aplicada somente a crianças.
- (B) é aplicada apenas a adolescentes em conflito com a lei.
- (C) é proibida em qualquer circunstância.
- (D) é estabelecida para a adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
- **50** O ECA estabelece que é dever da família, da sociedade e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à/a
- (A) cidadania restrita.
- (B) liberdade de expressão irrestrita.
- (C) prioridade absoluta na efetivação dos direitos.
- (D) exclusão de medidas de proteção social.
- 51 Segundo o ECA, o trabalho realizado por adolescentes deve ser
- (A) permitido apenas se não houver opção de educação formal.
- (B) proibido em qualquer circunstância.
- (C) permitido somente após a conclusão do ensino médio.
- (D) permitido desde que respeitadas as condições estabelecidas em lei.
- 52 O ECA estabelece que é proibido qualquer tipo de trabalho a menores de
- (A) 12 anos.
- (B) 14 anos.
- (C) 16 anos.
- (D) 18 anos.

- **53** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a medida socioeducativa de internação é aplicada aos adolescentes que cometem ato infracional considerado
- (A) leve.
- (B) moderado.
- (C) grave.
- (D) gravíssimo.
- **54** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente têm direito à proteção especial e prioritária, cabendo à família, à sociedade e ao Estado assegurá-los
- (A) com exclusividade à família biológica.
- (B) apenas mediante a adoção por parentes próximos.
- (C) sem restrição de idade ou condição.
- (D) somente após os 16 anos de idade.
- **55** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que a prática de ato infracional por adolescente será apurada mediante procedimento
- (A) sigiloso e inquisitorial.
- (B) excludente e repressivo.
- (C) meramente acusatório.
- (D) especializado e garantista.
- 56 O ECA estabelece que a colocação em família substituta ocorrerá por meio da/do
- (A) adoção.
- (B) restrição de convívio familiar.
- (C) determinação judicial.
- (D) acolhimento institucional.
- 57 O sistema de garantia de direitos é responsável por promover e assegurar os direitos de
- (A) crianças em situação de rua, apenas.
- (B) crianças e adolescentes, bem como suas famílias.
- (C) adolescentes em conflito com a lei, apenas.
- (D) crianças e adolescentes que vivem em instituição de acolhimento.
- 58 O sistema de garantia de direitos é composto por
- (A) apenas órgãos governamentais, apenas.
- (B) organizações religiosas.
- (C) organização não governamental, exclusivamente.
- (D) órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e instituições educacionais.
- 59 Uma das principais atribuições do sistema de garantia de direitos é
- (A) fiscalizar e punir adolescentes em conflito com a lei.
- (B) promover a adoção de crianças e adolescentes.
- **(C)** oferecer serviços de assistência social, exclusivamente.
- (D) articular ações políticas para a promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes.
- **60** O sistema de garantia de direitos também tem como objetivo atuar na prevenção e no enfrentamento de
- (A) violência doméstica, apenas.
- (B) exploração sexual de crianças e adolescentes, somente.
- (C) situações de trabalho infantil.
- (D) situações de vulnerabilidade social específicas.